

FOLHA DE S. PAULO

Um jornal a serviço do Brasil ★ ★ ★

Publicado desde 1921

Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

Diretor de Redação: Otavio Frias Filho
Conselho Editorial: Boris Casoy, Luiz Alberto Bahia, Rogério César de Cerqueira Leite, Osvaldo Peralva, Marcelo Coelho, Roberto Macedo, Carlos Alberto Longo e Otavio Frias Filho (secretário)

Basta de transição

Coroando toda uma estratégia de intimidações políticas, distribuição de verbas, ameaças de conflito institucional, fisiologismo barato, mesquinhez, desrespeito à palavra empenhada e maquiavelismo rasteiro, a decisão do Congresso constituinte, que consagra o princípio dos cinco anos de mandato, reacende as euforias do presidente Sarney.

É a reação previsível de um governante que abandonou suas responsabilidades administrativas, desprezou um compromisso publicamente assumido, transformou o Executivo num balcão de favores e concessões a seus correligionários, conduziu a níveis nunca atingidos a crise econômica, a venalidade política e a desmoralização institucional, com o objetivo de assegurar o presidencialismo com sua permanência por mais um ano no posto.

Por estreiteza de vistas, inépcia, omissão e pequenez, renunciou a qualquer perspectiva de passar à história como um presidente comprometido acima de tudo com a condução do país a uma nova etapa democrática. Preferiu apagar-se abertamente ao projeto de prolongar sua permanência no cargo. Dali desdobra o espetáculo, conhecido à saciedade pela população brasileira, das fantasias inconclusas, das retaliações microscópicas, dos desastres econômicos, das promessas irrealizadas, das veleidades bovaristas e dos atos incontidos de demagogia.

O presidente que hoje se encontra em estado de euforia não pode sair às ruas de uma cidade brasileira sem arriscar-se a enfrentar manifestações do mais violento repúdio popular. Comemora uma decisão que renuncia, na questão de seu mandato, o predomínio de uma tese rejeitada por três quartos da população brasileira. Festeja o prolongamento inútil, indesejado e abusivo de um período de incerteza e de semilegitimidade política. Retarda o momento de se devolver à sociedade um direito que lhe foi usurpado durante décadas: o de eleger o presidente da República.

Embora signifique uma exceção à regra constitucional já aprovada, que determina cinco anos de mandato para os próximos presidentes — e contra a qual esta **Folha** por diversas vezes se manifestou —, a realização de eleições presidenciais ainda em 88 é a alternativa que resta para dissipar um quadro de perda de autoridade, de descrédito público, de desleixo administrativo e de falta de legitimidade política de que o atual presidente é o principal responsável.

Já se esgotou, nestes três anos de desorientação, despreparo e inconsistência, toda a credibilidade de que o presidente Sarney pudesse dispor. Não convencem os argumentos de que, finalmente vencida a tutela do PMDB, finalmente decidida a questão de seu mandato, um "novo governo" começaria. A vitória de Sarney significa apenas o aprofundamento e o sucesso de um estilo marcado pela fisiologia, pelo desperdício de verbas públicas, pela incapacidade presidencial de firmar-se por seus próprios meios, por sua própria visão, por sua própria competência.

Créditos de confiança — e já foram largamente concedidos, quando ainda havia motivos para isto — não mais se justificam. Menos ainda quando se fundamentam, se não na ingenuidade, na repulsa conservadora à realização de eleições ainda este ano.

O casuismo dos que desconfiam da democracia — dos que, temendo a vitória de um ou outro candidato, preferem adiar a hora da verdade eleitoral; dos que suportam o princípio da soberania popular como floreio de retórica, mas hesitam em assumi-lo com todas as consequências que possa ter — alia-se ao oportunismo dos favorecidos, dos fisiológicos de todos os níveis, para adiar, até o insuportável, até a eclosão derradeira da crise, a democracia brasileira. É hora de exercê-la em sua plenitude, com eleições diretas para presidente em 88. Basta de transição.

Risco de aventura

A vitória, no Congresso constituinte, do sistema presidencialista e do mandato de cinco anos para os futuros presidentes, despertou a expectativa de que o governo venha a adotar agora as medidas profundas de controle sobre o déficit público que durante três anos foram postergadas. Ressurgiram também as especulações sobre um novo congelamento de preços. Tendo em vista a experiência progressiva, quando fixou-se a rotina do Executivo administrar sua popularidade através de anúncios bombásticos, convertidos, na maior parte das vezes, a fracassos de igual intensidade; considerando-se que depois de obter um triunfo no âmbito da máquina política o presidente se vê diante da necessidade de demonstrar que sua permanência no cargo ainda faz algum sentido; levando-se em conta, finalmente, que a situação das finanças públicas atingiu, por obra do próprio governo, limites insuportáveis, tornando-se imprescindível saneá-las minimamente — até mesmo para que se encaminhe o problema externo —, é de se prever, de fato, que algo venha a ser anunciado.

Basicamente, esperam-se medidas com o intuito de combater o crescimento do déficit, reduzir a inflação e permitir o desenvolvimento das negociações da dívida. Dentro deste quadro, são esperadas mudanças na política salarial. As tentativas de mexer apenas na folha do funcionalismo foram frustradas. Da mesma forma, a proposta de estender para todos os assalariados o fim da URP esbarra em inconveniências políticas — mais ainda quando o Executivo

precisa cultivar a opinião pública e preservar a base parlamentar que o apoiou. Com isto, o congelamento estaria novamente em pauta: através desta tática, os efeitos da suspensão da URP poderiam ser "aliviados". Esta estabilidade artificial dos preços teria, ademais, a vantagem de poder recuperar, ainda que de forma parcial e a curto prazo, a desgastada popularidade do presidente.

Desde que realmente sejam efetivados cortes rigorosos na área do déficit, estabelecido o equilíbrio dos preços relativos e dos salários, o congelamento poderia ser, de fato, aceitável. Mas infelizmente o presidente Sarney jamais demonstrou estar realmente comprometido com a condução de uma política de austeridade. Incapaz de desvencilhar-se de suas redes de interesses, de suas raízes fisiológicas, de suas articulações clientelistas, o governo tem desempenhado nos últimos anos o melancólico papel de principal obstáculo às decisões que se fazem necessárias na área econômica. Foi assim que se recusou a proceder, a despeito de um anúncio efusivo em rede de TV, a uma ampla e necessária reforma administrativa; foi assim que insistiu na construção da ferrovia Norte-Sul, contra todas as prioridades do país; foi assim que minou as tentativas do ex-ministro Bresser Pereira pôr em prática propostas de redução dos desperdícios da máquina pública. Diante desta inabalável resistência, não são poucas as chances de que, por mero interesse populista, o país seja levado a uma nova aventura, cujos resultados já são fartamente conhecidos.